

Qualidade no ensino

JORNAL DE BRASÍLIA

O presidente Fernando Collor pode enviar ao Congresso Nacional, na próxima semana, projeto de lei que libera totalmente a cobrança de mensalidades escolares a partir do próximo ano. É possível que o projeto tramite em regime de urgência urgentíssima, para que possa ser aprovado até 15 de dezembro, permitindo, assim, que a nova sistemática funcione já no início do ano que vem.

Por este projeto, as mensalidades serão fixadas trinta dias antes da matrícula e registradas num contrato, que estabelecerá também o número de prestações. A primeira mensalidade será calculada com base numa planilha de custos. Os reajustes subsequentes serão feitos com base na variação dos custos arrolados na planilha.

Outra inovação se refere à classificação dos colégios, numa escala feita com base nos padrões de qualidade, mais ou menos como ocorre com os hotéis. A proposta já conta com o apoio dos ministérios da Educação e da Economia e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Aprovado no Parlamento, este projeto pode ser o começo de uma trégua na luta que envolve, há anos, pais de alunos e donos de escolas. Os primeiros, sistematicamente, recorrendo à Justiça para acusar os proprietários de colégios de aumentos abusivos e ilegais. Os segundos, freqüentemente, ameaçando fechar as escolas, por absoluta impossibilidade de mantê-las funcionando. Felizmente, pelo que se sabe, nenhuma escola faliu nestes anos conturbados.

Também neste campo, a inflação tem causado imensos males. O principal é,

sem dúvida, o deslocamento do verdadeiro eixo da questão. O problema maior não é — como parece — o aumento abusivo das mensalidades. O que interessa ao País é saber por que o Governo não mantém, como prevê a lei, um sistema digno de ensino para o primeiro e o segundo graus.

Torrando o dinheiro público na manutenção de tantas empresas estatais ineficientes, o Governo, nos últimos tempos, descuidou do ensino público. A decadência se fez sentir rapidamente em todo o País. Se nas décadas de 60 e anteriores as escolas públicas eram sinônimo de qualidade, hoje não mais o são. A saída que pareceu mais fácil à classe média foi passar os filhos para as escolas particulares.

Acontece que estas, na sua esmagadora maioria, surgiram de um momento para outro, a fim de aproveitar o vácuo criado pela ausência do Governo na Educação e para recolher parte da renda da classe média ascendente.

Tudo isso, é claro, fez com que a discussão maior, a qualidade do ensino ministrado, ficasse para trás. Hoje, os especialistas sabem que o ensino das escolas particulares rivaliza com o ministrado nas escolas públicas, ou seja, em geral também não é bom.

O que a sociedade brasileira tem que fazer é, num primeiro momento, cobrar do Estado as suas responsabilidades. Ele tem que dar ensino decente para todos os jovens. Numa segunda etapa, é debater com profundidade o que deve ser feito para melhorar o ensino que é atualmente ministrado.